

Publicado em: LYCURGO, Tassos.; CRUZ, A. M. P.. Da Atividade Dialógica: Aspectos Lógicos. Revista Vivência (UFRN), Natal (RN), v. 26, p. 51-58, 2004.

DA ATIVIDADE DIALÓGICA: ASPECTOS LÓGICOS

Tassos Lycurgo
UFRN
Ângela M. P. Cruz
UFRN

Resumo

Diálogo é uma modalidade de discurso que tem sido investigada em algumas áreas tais como a Linguística Cognitiva, Psicologia Cognitiva e a Inteligência Artificial. A relação entre o discurso e a realidade constitui um aspecto importante dessas investigações. A partir da perspectiva de diálogo de Bohm (1996), o artigo discute a relação acima citada para se obterem as pressuposições para a delimitação da atividade dialógica e da maneira como se dá sua modelagem lógica.

Abstract

Dialogue is a modality of discourse that has been investigated by many areas such as Cognitive Linguistics, Cognitive Psychology and Artificial Intelligence. The relationship between discourse and reality consists of an important aspect of these investigations. From Bohm's (1996) perspective of dialogue, the article discusses the aforementioned relation and tries to come up with the presupposed conditions for the delimitation of dialogue and of the way on which dialogue is logically modelled.

1. Introdução

Faz-se necessário que o conceito de diálogo seja descrito segundo algumas prescrições estabelecidas para delimitar o que se fala enquanto se exerce tal atividade. Tarefa esta que se tomará posteriormente em uma complementação deste ensaio. Contudo, é importante que se apresente uma visão, mesmo que ainda superficial, da definição de diálogo aqui tratada para que seja facilitada a compreensão de tópicos anteriores aos das prescrições quanto a atividade dialógica. Assim sendo, aqui se tomará um pequeno esboço do conceito de diálogo de David Bohm, a saber:

I give a meaning to the word "dialogue" that is somewhat different from what is commonly used. The derivations of words often help to suggest a deeper meaning. "Dialogue" comes from the Greek word *dialogos*. *Logos* means "the word", or in our case we would think of the "meaning of the word". And *dia* means "through" — it does not mean "two". A dialogue can be among any number of people, not just two.

Even one person can have a sense of dialogue within himself, if the spirit of dialogue is present.¹ (BOHM, p. 6)

Assim sendo, salvo redefinição no transcorrer do texto, tome-se por diálogo um conjunto (incluindo-se o unitário e excluindo-se o vazio) de discursos construtivos, delimitados por certas prescrições as quais caracterizarão o diálogo a partir de um conjunto de discursos.

Desta feita, ao se pensar o diálogo, pensa-se que três são as tarefas principais que se devem desenvolver a este respeito. Elas são:

- (a) Tarefa Ontológica: considerar o mundo em que se desenvolverá o diálogo. Este mundo será determinado pelo tipo de relação entre o discurso e a suposta realidade fundamental. Esta relação, como mais pormenorizadamente se analisou em outra oportunidade (ver Lycurgo, 2001), poderá ser do tipo de figuração da realidade ou do tipo de um jogo, cujas regras independem de um fundamento necessário.
- (b) Tarefa de Prescrição: constituir certas prescrições e leis a respeito do que os interlocutores devem falar para que sejam mantidos os caracteres do mundo e o próprio mundo estabelecido em (a), no propósito da atemporalidade de (c).
- (c) Tarefa Lógica: esboçar ou identificar um sistema lógico formal que dê conta da atividade dialógica delimitada pelas prescrições estabelecidas em (b), e por conseguinte, do mundo considerado em (a).

Em outras palavras, a principal tarefa de (a) é pensar a relação entre o discurso (as palavras) e uma suposta realidade, fundamental ou não, para que se possa delimitar o campo de atuação da tarefa de (b), que por sua vez consiste em pensar o discurso delimitado graças a (a) no intuito de se prescrever as condições pelas quais um determinado conjunto de discursos pertencentes ao conjunto maior de discursos delimitado em (a) seja considerado um conjunto de diálogos. A tarefa de (c) é tentar formalizar este conjunto de diálogos. Na perspectiva de propor aspectos importantes para o desenvolvimento das tarefas (b) e (c) expõe-se ao longo deste trabalho uma análise de (a) que trata da relação entre o discurso e a realidade.

2. O mundo em que se estabelecerá o diálogo

Há, como foi dito em (a), dois tipos de mundos determinados pelas duas maneiras principais de se encarar o problema da representação da realidade pelo discurso. As duas maneiras são:

¹ [Eu dou um sentido a palavra “diálogo” que é um pouco diferente do qual é normalmente usado. As derivações das palavras geralmente ajudam a sugerir um sentido mais profundo. “Diálogo” vem da palavra grega *Dialogos*. *Logos* significa “a palavra”, ou, no nosso caso, podemos pensá-lo como “o sentido da palavra”. E *dia* significa “através” — e não “dois”. Pode-se ter um diálogo entre quaisquer números de pessoas, não apenas duas. Mesmo uma pessoa pode ter o senso de diálogo consigo mesmo, se o espírito do diálogo estiver presente] (Trad. do autor).

(1) O discurso é uma figuração da realidade.

(2) O discurso é parte de um jogo cujas regras apenas dizem respeito aos participantes.

A maneira (1) pressupõe um único mundo. A maneira (2), um conjunto de mundos possíveis. Note-se que o discorrimento sobre os problemas de fundamento devem preferencialmente ser aqui considerados no propósito de esclarecer a influência que os dois posicionamentos, a saber (1) e (2), trazem quanto a estruturação do diálogo.

Ora, caso o (1) seja mais adequado², o tratamento da atividade dialógica deve ser tão fundamental quanto necessária é a realidade que o discurso figura. Caso seja o (2) o mais adequado³, então se faz necessário que se discorra sobre os parâmetros que podem ser considerados para que se determine um conjunto de jogos (mundos possíveis) em que a atividade dialógica pudesse ser desenvolvida. Desde já, adianta-se que o parâmetro mais adequado para determinação do conjunto de mundos possíveis é o sugerido pelo princípio antrópico, o qual será explicado no decorrer do ensaio.

Veja-se que é essencial que a ‘realidade’ expressada em (1) seja uma realidade fundamental, metafísica. Caso contrário, (1) seria indistinguível de (2), diante do fato de que, por definição, cada jogo em (2) constitui uma realidade não metafísica, e que por ‘jogo’, deve-se entender ‘mundo possível’, e por ‘possível’, ‘não necessário’ ou ‘não metafísico’, como se demonstrou que era a realidade em (2). Em outras palavras, (2) expressa o pensamento de que o discurso que o ser humano usa é um dentre um sem-número de possibilidades de discursos, já que não há um fundamento necessário a ser figurado. Enquanto em (1), o discurso do ser humano seria um discurso fundamental e único, já que necessariamente figuraria uma realidade metafísica. Este último argumento será chamado de argumento da necessidade metafísica da ‘realidade’ em (1).

2.1. O Mundo segundo (1)

Note-se que (1) não traz a idéia ingênua de que se é necessário conhecer a realidade fundamental para que todo o discurso seja a respeito dela. Ora, o próprio orador já é parte da realidade em (1), e o seu discurso seria uma manifestação natural desta realidade. Segundo Richard Rorty, “B. Russell held various doctrines about both semantics and epistemology at various times during his life, but he did not waver from the view that

(3) Whatever is referred to must exist”.⁴ (RORTY[b], p. 111)

² ‘Adequado’ é usado em sentido flexível, pois se evitou escrever ‘caso o (1) seja o verdadeiro’ para que não fosse necessário se adentrar no mérito da verdade, o que será tratado rapidamente no porvir do ensaio.

³ Obviamente, aqui vale a nota acima.

⁴ [Bertrand Russell defendeu várias doutrinas a respeito de ambos, semântica e epistemologia, em vários momentos durante sua vida, mas ele não oscilou da idéia de que ‘tudo que é referido deve existir’] (Trad. do autor).

De forma que (3) parece poupar (1) de críticas ingênuas, como a que assevera que (1) não é correto pois não se pode figurar algo que não se conhece.

Contudo, é fato que (3) não é de todo evidente, apesar do argumento exposto no início do parágrafo anterior em que se sugere que o orador, sendo parte de uma realidade fundamental, fala desta realidade não por conhecê-la, mas sim por ser o próprio discurso uma manifestação da realidade. Em outras palavras, aqui se fala do conhecimento por informação dos universais. Segundo Rorty, B. Russell algumas vezes defendeu que:

One can only talk about what is directly given in “Knowledge by acquaintance” (in the sense in which the intellect is “acquainted” with universals and the senses with particular sense-data)⁵ (RORTY[b], p. 112)

Assim sendo, a vantagem de se expor (3) é que ao expô-lo, as críticas feitas a (1) passam a ser críticas feitas a (3), e a defesa de (3), é indiretamente a defesa de (1). E o porquê pelo qual escolhe-se a defesa de (3) a de (1) é que parece que (3) é mais acessível ou, em outras palavras, parece que três é uma reformulação feliz de (1).

De qualquer maneira, as principais críticas a (3) são do seguinte tipo: “se tudo que se pronuncia deve existir, então como é que se pode pronunciar afirmações contraditórias?”, ou do tipo: “se tudo que se pronuncia deve existir, então se pode dizer que o cavalo que voa se alimenta de alface?”. A análise das duas perguntas críticas, leva a idéias de que a dificuldade de se aceitar (3) é em grande parte devida às observações empíricas da relação entre o conteúdo dos discursos e a realidade experimentada pelo observador. Assim sendo, pode-se dizer que as dificuldades principais são provenientes das seguintes observações empíricas:

- (i) Afirmações contraditórias são facilmente proferidas.
- (ii) Afirmações que dizem respeito, pelo menos aparentemente, a algo que não existe podem ser pronunciadas.

2.1.1. A dificuldade (i)

É interessante notar dois caminhos que se pode tomar diante de (i) enquanto uma objeção relevante contra (3), a saber:

- (iii) O sistema lógico inerente a realidade fundamental deve ser consistente, para que não se aceite contradições, fazendo com que (i) e (3) sejam incompatíveis.
- (iv) As contradições de fato existem, então (3) é compatível com (i), e o último não é uma objeção ao primeiro.

⁵ [Só se pode falar sobre o que é diretamente dado pelo “conhecimento por *acquaintance*” (no sentido de que o intelecto é informado pelos universais e os sentidos pelos dados sensoriais particulares)] (Trad. do autor).

Entretanto, sabe-se que, com o advento das lógicas heterodoxas, e, em certo sentido, já com o advento das geometrias não-euclidianas, a idéia de necessidade de um sistema lógico consistente em uma realidade fundamental ficou abalada. Desta feita, (iii) não pode ser tomado diante dos fatos históricos citados.

Assim sendo, como (iii) e (iv) são excludentes e com a exclusão de um, deve-se coligir a aceitação do outro, então (iv) deve ser tomado. Mas, ao se tomar o caminho (iv) uma dificuldade aparece: se há uma realidade fundamental e esta pressupõe uma lógica absoluta, mesmo que ela aceite contradições, parece que tal lógica não deve ser trivial. Em outras palavras, uma leitura descuidada de (iii) traria a idéia de que a lógica da realidade fundamental aparentemente é trivial. Mas não o é, pois ao se considerar a ‘realidade’ de (1) tão fundamental quanto a suposta realidade metafísica pode ser — e, de acordo com o argumento da necessidade metafísica da ‘realidade’ em (1), é necessário que assim o seja —, não se poderia afirmar declarações que não fizessem parte do escopo das declarações da ‘realidade’ em (3), que é a mesma ‘realidade’ de (1). E este escopo seria, por sinal, o escopo de todas as declarações possíveis na realidade metafísica. Desta feita, de fato (i) é verdadeiro, mas não pode servir de objeção a (3)

Caso a ‘realidade’ em (1) não seja tão fundamental quanto a realidade metafísica o é, então, poder-se-ia, como foi dito, igualar (1) a (2), ou conceber uma outra realidade mais fundamental que a ‘realidade’ em (1), o que caracterizaria um regresso ao infinito ou a igualação de (1) a (2), como demonstra o argumento da necessidade metafísica da ‘realidade’ em (1).

2.1.2. A dificuldade (ii)

Em relação à dificuldade (ii) de se aceitar (3), aqui se expõe uma das conclusões de (3) obtidas por Rorty:

(4) “Statements apparently referring to something which does not exist must really be abbreviations for, be ‘analysed as’, statements referring to existents”⁶ (RORTY[b], p. 112)

Ora, diante de (4), talvez alguém pense que (ii) encontra-se inócuo e sem sentido, visto que ao se pronunciar algo a respeito do que se pensa que não existe, se está apenas se pronunciando abreviações de declarações a respeito do que certamente existe. Isto é possível diante do argumento anterior, pelo qual se mostrou que o orador não precisa conhecer a realidade fundamental para apenas declarar o que existe. E o que existe, existe nesta realidade.

Em última análise, o problema neste estágio parece adentrar ao campo das dificuldades empíricas. Pensar que se pronuncia o que não existe é conceber algo que não existe, ou, em outras palavras, é inferir que não é possível a existência de algo sem que este algo pressuponha um universal. De fato, não há argumentos suficientemente fortes para tal inferência.

⁶ [Declarações que aparentemente se referem a algo que não existe devem ser (ou devem ser analisadas como) abreviações de declarações que se referem ao que existe] (Trad. do autor).

É possível que algo exista sem que tomemos conhecimento de sua existência. Ou, caso alguém pense não ser possível tal existência, ele não terá argumentos para tal empresa. Assim sendo, a determinação da veracidade de (1) ou a de (2) torna-se mais e mais problemática. Parece que não há um ponto fixo além desta investigação para que se possa inferir se (2) ou (1) devem ser preferencialmente tomados como verdadeiros.

2.2. O princípio antrópico

Entretanto, como foi dito anteriormente, há um parâmetro suficientemente seguro a ser tomado na discussão corrente. Este parâmetro é regido pelo princípio antrópico, que pode ser rapidamente explicado graças a algumas palavras de Stephen Hawking:

Se existir um número infinito de universos, devem provavelmente existir algumas regiões amplas que começaram de maneira regular e uniforme. Trata-se de fenômeno semelhante à história da horda de macacos martelando aleatoriamente em máquinas de escrever; a maior parte do que escreverem será refugo, mas muito ocasionalmente, por mero acaso, poderão datilografar um dos sonetos de Shakespeare. Da mesma forma, no caso do universo, não poderia acontecer de estarmos vivendo numa região que, por puro acaso, fosse plana e uniforme? À primeira vista parece muito improvável, porque estas regiões planas seriam de longe superadas pelas regiões caóticas e irregulares. Entretanto, a suposição de que apenas nas regiões planas tivesse havido a formação de galáxias e estrelas, ou condições adequadas para o desenvolvimento de complexos organismos auto-reprodutores, como nós mesmos, que somos capazes de fazer a pergunta “por que o universo é tão plano”, seria um exemplo de aplicação do que se conhece como princípio antrópico, que pode ser representado pela afirmação: “vemos o universo do jeito que ele é porque existimos”. (HAWKING, p. 174-5)

Assim sendo, a própria humanidade é um parâmetro de determinação do mundo e conseqüentemente da relação do seu discurso com este mundo.

3. A solução de (1) e (2)

Todavia, parece que o princípio antrópico não fala sobre o fundamento do mundo, mas apenas delimita o campo de teorias de descrição de um possível fundamento do mundo.

De acordo com isto vê-se que, caso (1) fosse o verdadeiro, a relação do discurso com o mundo, mesmo sendo de figuração, não possibilitaria o conhecimento do fundamento do discurso, posto que o princípio antrópico (que é o parâmetro mais adequado que se encontrou) apenas restringe o campo de formulações sobre o mundo. Em outras palavras, considerando que (1) seja o verdadeiro, parece que a neurofisiologia humana não é disposta de maneira a restringir o conjunto de

interpretações do mundo a um conjunto unitário, mas sempre a um conjunto de mais de uma interpretações aceitáveis.

Tal constatação da incapacidade dos seres humanos traz a possibilidade de associação de (1) a (2) para fins pragmáticos do estudo do diálogo. Veja-se que o parágrafo anterior demonstrou que mesmo se concebendo (1) como verdadeiro, a formulação das possibilidades de cognição do mundo segundo (1) eram semelhantes às possibilidades de cognição do mundo segundo (2).

4. Conclusão

Assim sendo, conclui-se que o homem não é capaz de determinar-se por (1) ou (2), e que esta impossibilidade traz a vantagem da associação pragmática de (1) e (2) para fins de estudo do diálogo. Desta feita, deve-se tomar o mundo como (2), visto que segundo os caracteres incapazes da humanidade, se o mundo fosse segundo (1), o homem ainda o veria segundo (2). Restam ainda, contudo, duas tarefas.

4.1. A tarefa (b)

A tarefa (b) deve ser posteriormente desenvolvida segundo (2) como se mostrou na tarefa (a). Assim sendo, o diálogo será visto como um jogo independente de quaisquer fundamentos. Nesta perspectiva, algumas indicações de desenvolvimento da atividade dialógica, segundo o teórico D. Bohm, já são delineadas em Cruz e Dal Pian (2001).

4.2. A tarefa (c)

Após analisar-se semanticamente o diálogo em (b), a parte sintática acima referida será desenvolvida em (c), discutindo-se aspectos da lógica modal associados a uma lógica multidedutiva (ver Cruz e Dal Pian, 2001) que podem se afigurar mais adequados para a interpretação da semântica desenvolvida em (b), baseando-se no conceito de atividade dialógica desenvolvido por David Bohm.

5. Referências Bibliográficas

BOHM, David. *On dialogue*. London: Routledge, 1996.

CRUZ, A . M. P., DAL PIAN, M, C. Modelagem Lógica de Diálogo em Sistemas Multi-Agentes. In: *II Congresso de Lógica Aplicada à Tecnologia*. LAPTEC'2001, 2001, São Paulo. *Logic, Artificial Intelligence and Robotics*. São Paulo: Editora Plêiade, 2001. v.II. p.115 – 124.

HAWKING, S. W. *Uma breve história no tempo: do big bang aos buracos negros*. Trad. por Maria Helena Torres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

LYCURGO, T. On How We Use Words. *Princípios: Revista de Filosofia*. Natal, v.08, n.10, p.142 - 160, 2001.

OLIVEIRA, M. Araújo de. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Loyola, 1996.

POPPER, Karl R. *Objective knowledge: an evolutionary approach*. New York: Oxford University, 1979.

RORTY[a], Richard. "Introduction: pragmatism and philosophy". In: RORTY, Richard. *Consequences of pragmatism (Essays: 1972-1980)*. Minneapolis: University of Minnesota, 1982.

RORTY[b], Richard. "Is there a problem about fictional discourse?". In: RORTY, Richard. *Consequences of pragmatism (Essays: 1972-1980)*. Minneapolis: University of Minnesota, 1982, p. 110-138. [Este ensaio foi originalmente publicado em: *Funktionen des Fictiven: Poetik und Hermeneutik*. Munich: Fink Verlag, 1981].

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. por Luiz Henrique Lopes dos Santos. [Introdução de Bertrand Russell]. 2 ed. Revista e ampliada. São Paulo: Edusp, 1994. [Edição bilíngüe: alemão e português].